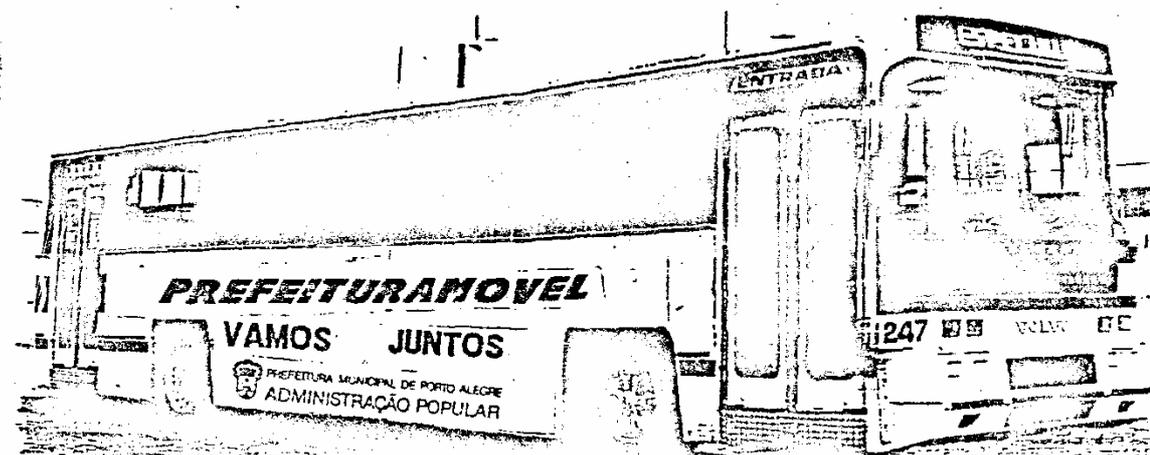


II PLANO
SEMIESTRAL
1990/1



I. O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO COMO BASE DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

Pensar uma estratégia para a Administração Popular impõe indagações sobre seu papel no contexto global das transformações sociais no Brasil.

O Brasil se distingue das sociedades ocidentais do tipo clássico. A busca da supremacia, em nosso país, envolve a compreensão da precedência do Estado sobre a sociedade civil. Exige o entendimento de que a construção da hegemonia se dá no processo de construção de uma nova sociedade civil. A luta por instituições realmente autônomas em relação à sociedade política, alicerçada na cidadania, impõe a inversão da lógica atual, permitindo à sociedade civil sujeitar o Estado ao seu conteúdo ético.

Esta peculiaridade faz com que no caso brasileiro a construção da hegemonia (política, cultural, etc.) se dê associado ao processo de exercício da função dirigente, através da direção do "aparelho" de Estado. É este sentido estratégico das Administrações Populares que faz com que se busque de forma sistemática, por todas as formas, criar um consenso afirmando que a esquerda é capaz de governar, atuar unida, e ser competente, alterando a correlação de forças na sociedade, principalmente das camadas populares. Os setores conservadores sabem da importância estratégica da disputa por este consenso e, negando qualquer possibilidade de alternativa de poder, promove um intenso assédio publicitário e político, apresentando as Prefeituras Populares em geral e em particular o PT (como partido hegemônico) como se este fosse o único partido exercendo governo municipal no país.

Trata-se de começar a reverter o quadro através da modificação do direcionamento político geral do Estado, usando de forma progressiva este elemento que até agora as elites dirigentes usaram tão bem para alijar aos diferentes e manter-se no poder. Para isso é necessário, através da relação com toda a sociedade, com políticas e com realizações, transmitir e disputar no cotidiano de milhares nossa concepção de mundo e nossos valores. Em suma, constituir um novo consenso, uma nova hegemonia socialista.

A disputa por essa hegemonia deve se dar através da função dirigente, explorando ao máximo a capacidade que o Estado tem de relacionar-se institucionalmente com a sociedade, rompendo as amarras dos deveres e direitos formais. O exercício da função dirigente é premissa fundamental para a construção da hegemonia. E isso implica perceber que o êxito das Administrações Populares depende, de um lado, em boa parte, de sua capacidade de colocar sob a hegemonia dos trabalhadores, não apenas setores médios, não-proletários, mas mesmo parcelas significativas da iniciativa privada, neutralizando os setores hostis do capital, reduzindo ao máximo as áreas de conflagração que exijam o exercício de força. Este movimento, se bem realizado, paralisa a capacidade ofensiva dos conservadores. E, de outro lado, também perceber que as

Administrações Populares são uma possibilidade de ampliação de uma esfera pública socialista de massa no Brasil e seu fracasso teria dimensões estratégicas.

Nesse sentido, deve ser entendido que o planejamento de governo, embasado em concepções estratégicas, é condição para efetivação do nosso projeto e construção de uma contra-hegemonia. Esse planejamento é necessário para que nosso projeto produza não apenas um consenso no sentido restrito do termo, isto é, entre iguais - que seriam os partidos da Frente, as posições no interior dos partidos ou do Governo - mas também um consenso entre os diferentes e parcelas das forças antagônicas, ou seja, a partir da potência obtida pelas proposições e do grau de universalidade que estas adquirem no confronto.

Mesmo numa conflagração aberta entre duas vontades, há sempre uma base de acordo: nem que seja o acordo de que ambas as partes estão dispostas a tentar a destruição, uma da outra. Entretanto, reconhecendo como limitadas as finalidades envolvidas num conflito, e dotando esse conflito de teleologia humana.

Universalização, nesse sentido, não é um mero trânsito do singular ou do particular para o universal. Trata-se de reconhecer a riqueza de contradições de uma realidade plena de diferenças, plena de vida, de movimento, em que cada particularidade se nega, em certo sentido, para se sintetizar no universal. Essa integração só é possível mediante um consenso, em que a cooperação passiva passa a ser cooperação ativa. f*) A busca desse consenso é uma atitude de afirmação da subjetividade, de superação artificial da "naturalidade" que marca as relações humanas. O objetivo desse consenso é uma humanização crescente, porém, com resultados para o aqui e o agora, que dependem das forças em disputa, dos cenários e atores que as protagonizam e que não podem ser traduzidas nas certezas das regulamentações normativas.

Constituir a partir da administração pública a hegemonia democrática - ou seja, o consenso entre os diferentes - significa almejar desde antes da afirmação da vontade de parte, um grau de "consenso" que é um fim em si mesmo, para administração dos conflitos e dos meios, assim como criar condições para permitir aferir em cada contexto, a derrota ou vitória.

Isto implica preocupações diretas com os métodos usados para administrar, uma vez que as técnicas de planejamento tradicionais predominantes na esfera pública lidam, fundamentalmente, com meios e variáveis integradoras de meios. Através de normatizações técnicas abstratas, cuja dignidade só existe no discurso, em que a técnica adquire o estatuto de uma razão supra-humana, buscando regular uma realidade onde o conflito é visto como uma "anormalidade", que impede resultados "positivos" de parte do planejamento e não como sendo componente inalienável da essência do homem.

Só através do pensamento estratégico poderemos retomar a possibilidade de controle dos meios que autonomizaram-se, afastando-se dos fins humanos e chegando mesmo a oprimir o próprio homem, notadamente a mercadoria e o Estado. O consenso de diferentes abre a possibilidade de integrá-los sujeitando-os àquilo que for objeto desta hegemonia e deste consenso, constituindo uma concepção da hegemonia do conflito que busca estabelecer um consenso entre os diferentes e parcelas de forças antagônicas e não a subordinação de um bloco mecanicamente idealizado a outro.

Só uma visão que arbitre finalidades bem delimitadas - travando os conflitos como limitados e adequados às possibilidades de enfrentamento pode - quer na política, quer na administração - exercer o "controle" para que os meios que dispõem não se tornem de todo estranho em relação aos fins para qual foram criados.

Daí a importância de se ter um método que lide com um conceito abstrato de operação que, partindo da esfera global arbitre as finalidades tendo em vista a estratégia total e mediante o conflito - em certos casos, mesmo conflagração - vise não a "realização última do fim último", mas sim um novo patamar de humanização mediante um novo consenso, síntese superior das possibilidades de universalização e depuração dos diversos projetos das diversas partes, um novo consenso dos desiguais. Esta estratégia é objetivada pontualmente, através da tática, decorrendo daí a noção que preside a concepção dos nossos Planos Semestrais e da concepção de programa e projetos estratégicos do governo.

A Administração Popular, até agora, submeteu-se, em larga medida, às concepções e à prática de um planejamento normativo que tenta se universalizar como política de governo. É hora de determinar que o planejamento administrativo e o planejamento urbano são instrumentos de um processo de planejamento de governo, que se orienta pelas determinações da política e da estratégia. Esse planejamento governamental deve ser totalizante, formulando embasado em concepções estratégicas.

II. DEFINIÇÕES ESTRATÉGICAS PARA A ADMINISTRAÇÃO POPULAR

A definição de uma estratégia total para orientar os rumos da Administração exige respostas teóricas e políticas que ainda precisamos aprofundar e desenvolver mais. Questões como o sentido global da disputa política na institucionalidade e o perfil buscado para as transformações sociais, colocam a Administração Popular mais como um momento de prospecções do que como um campo de aplicações de uma teoria resolvida.

A adoção dessa abordagem - realista e humildemente admitida - porém, não pode imobilizar a Administração. O projeto político defendido desde a campanha eleitoral e ao longo de 89 constituiu um importante acúmulo, inclusive suscitando respostas inovadoras, que permitem a clara definição de uma estratégia de atuação política, institucional e administrativa.

Mais do que nunca, hoje temos claro que não há como enfrentar homogeneamente a totalidade dos problemas do Município. Não há recursos e nem condições técnicas e operacionais para isso. Essa obviedade precisa ser tomada como uma premissa irremovível.

A Administração Popular prometeu mudanças à população. E precisa escolher as mudanças que tem condições de fazer. ~~Essas mudanças devem ser importantes, perceptíveis e claras à população.~~

Propomos a definição de três frentes estratégicas de convergência de programas, projetos, obras e realizações da Administração Popular. Essas frentes presidem a seleção e especificação de projetos, orientando o planejamento tanto do Plano de Ação Governamental como os Planos Semestrais.

1. AS "FRENTES ESTRATÉGICAS"

Para rompermos com a lógica do planejamento regulador propomos constituir uma concepção baseada no planejamento estratégico, hierarquizando as ações do governo em três frentes.

Essa estratégia busca constituir um bloco social na cidade que tenha nas camadas populares uma base fundamental e, para tanto, propomos um programa estratégico de caráter ofensivo (Programa Cidadão), uma frente ofensiva-defensiva (Transporte e Educação) e por último uma frente defensiva-ofensiva (Programa Porto Alegre 1992). Com essa última frente, buscamos neutralizar setores potencialmente hostis, oriundos das camadas médias abastadas e da iniciativa privada.

a) PROGRAMA CIDADÃO: FRENTE OFENSIVA

Será a frente de escolha da ofensiva. Aquela que conscientemente optamos para constituir em ofensividade e nossa marca fundamental: O Programa Cidadão prevê ações integradas e tendendo a totalizar a ação dos órgãos da Prefeitura em regiões de camadas populares. Para tanto, racionalizaremos os meios necessários através de uma estratégia operacional que inclua instrumentos ágeis como as "Prefeituras Móveis", integrando atividades de Secretarias e órgãos voltados para o cumprimento de objetivos comuns.

Um dos principais objetivos dos projetos dessa frente é romper com a lógica inoperante da integração dos meios e integrar as ações do governo a partir dos fins (intervencções de rua), sob a coordenação de um Comando político e tecnicamente qualificado. Outro objetivo é a alteração da relação tradicional de comando

que afasta os executores, e em particular o operariado, das atividades fins, instituindo uma coordenação e supervisão a partir das "Prefeituras Móveis".

O Programa Cidadão consiste numa ofensiva de realizações voltadas para a melhoria das condições de subsistência e da qualidade de vida das camadas populares em geral, incluindo um conjunto de preocupações e medidas quanto à organização urbana, regulamentação e democratização do uso do solo, serviços públicos municipais (basicamente saneamento, distribuição de água, limpeza pública e atendimento médico) e preservação e valorização do meio-ambiente.

Nesta frente ofensiva destaca-se a atuação das Secretarias fins em ações integradas, como por exemplo:

Saneamento e Saúde (SMSSS, DMAE, DEP);
Política de Habitação Popular (DEMHAB, SMOV);
Projeto de Pavimentação (SMOV, DEP, DMAE);
Projeto Centros de Vilas (SMOV, DEMHAB);
Plano Comunitário de Pavimentação (SMOV);
Comandos de Limpeza (DMLU);
Equipes de Regularização de Vilas (DEMHAB, FGM);
Circuito Popular de Cultura (SMC, FESC, EPATUR, SMED).

Esta frente visa integração das atividades fins numa ofensiva prioritariamente de marca popular.

b) TRANSPORTE E EDUCAÇÃO: FRENTE OFENSIVA-DEFENSIVA

TRANSPORTE - a disputa que se estabeleceu em torno desta questão, a população aproximou-se da consciência de uma grande contradição entre o interesse público e determinados interesses privados que atuavam de forma predatória. A atuação da Administração Popular, especialmente nos primeiros momentos, revestiu-se de legitimidade e imenso respaldo popular, tornando-se referência na defesa do interesse público. Posteriormente, as dificuldades mostraram-se enormes, agravadas por sabotagens e uma violenta reação do empresariado do setor. Os problemas do transporte coletivo de Porto Alegre são graves e estruturais. E, diante da situação criada, terão que ser enfrentados até as últimas conseqüências. Não há escolha possível: durante este governo, o sistema de transporte coletivo tem que ser resolvido. Mais do que isso: o sistema de transporte coletivo deverá ser substancialmente melhorado.

É um eixo estratégico de caráter ofensivo-defensivo. Deverá ter peso publicitário pois, queiramos ou não, será uma fachada da Administração.

Uma derrota nesse terreno, num quadro de aguda disputa com o neo-liberalismo, teria sérias implicações políticas e ideológicas: o senso comum teria a "confirmação" de que a esquerda é incompetente para enfrentar o capital e que não consegue realizar a vontade das massas. Por isso tudo, o sistema de transporte coletivo de Porto Alegre, tem que ser transformado senão num

modelo nacional, pelo menos consolidando importantes melhorias de interesse popular. Para tanto devemos desenvolver uma forte acúmulo, priorizando a renovação da frota a partir de uma política de financiamento, melhoria no sistema com a racionalização e criação de novas linhas, uma ampla política de fiscalização e cumprimento de horários e condições de limpeza e segurança, bem como a recuperação e melhorias nos abrigos e paradas de ônibus.

EDUCAÇÃO - O governo anterior definiu claramente uma prioridade, que foi a educação. Com seu projeto dos CIEMs, respondeu a necessidades reais da população. Nosso governo reequacionou esse projeto, recuperando o papel didático-pedagógico da escola. Mas, mesmo ampliando parte das funções assistenciais que lhe haviam sido atribuídas, acabou gerando um flanco de ataque ao governo. A população está tendo dificuldades para compreender as mudanças.

Por isso, seja pela importância que o projeto teve para a administração anterior - também fortalecido pela campanha do PDT à Presidência - conseguiu atingir profundamente o senso comum - seja pela sua importância intrínseca, a educação se impõe como uma área estratégica do governo.

A disputa política que será suscitada pela próxima conjuntura eleitoral trará novos e profundos questionamentos à política educacional do município. E, muito além disso, não há como enfrentar uma marca de governo que obteve tanta popularidade, sem respostas fortes.

A Administração Popular terá que concluir seu governo com resultados sensíveis e perceptivelmente melhores do que o governo anterior na área da educação.

Neste sentido, os projetos de recuperação das escolas municipais, de ampliação do espaço físico com medidas de convênio com o governo do Estado, qualificação pedagógica, atendimento ambulatorial nas Escolas e de prevenção da saúde bucal, integração das escolas ao Circuito Popular de Cultura e atividades ecológicas. Busca-se, portanto, a ação integrada de diversas Secretarias potencializando um conceito ampliado de Educação.

Os objetivos visados seriam muito mais no sentido de dar uma resposta adequada ao conceito dos CIEMs, absorvendo-o, metabolizando-o e produzindo uma versão "melhorada", sem adotar uma contraposição absoluta que nos levaria a concentrar energias, forças e meios que não dispomos e para produzir resultados que, se mal administrados politicamente, acabariam sendo atribuídos ao governo anterior.

c) PROGRAMA PORTO ALEGRE 1992: FRENTE DEFENSIVA-OFFENSIVA

Esta frente visa o estabelecimento, manutenção e possível ampliação de base social para a sustentação do nosso projeto político que é voltado prioritariamente para as camadas populares. Visa a "paralisia" do conservadorismo e tem como fim, na pior hipótese, a "neutralidade" de camadas médias e de parcelas da iniciativa privada.

O Programa Porto Alegre 1992 busca um consenso que deverá se refletir na postura de setores sociais e mesmo parcelas significativas de setores privados e, indiretamente, dos meios de comunicação de massa, reduzindo ao máximo as áreas de conflagração que pudessem exigir o exercício de força.

Incluirá ações como:

- Projeto Centro que deve ser ampliado para outros centros comerciais da cidade como Azenha, Assis Brasil, Volta do Guerino, Presidente Roosevelt.

- Políticas de Indústria e Comércio como os do Distrito Industrial da Restinga e Porto Seco.

- Projeto "Guaíba Vive".

- Medidas referentes à Segurança Pública que, embora sejam de responsabilidade do Governo do Estado, devem merecer iniciativas da Prefeitura, pelo interesse que despertam em amplos setores da população, destacando-se as camadas médias.

Também integram essa frente medidas especiais de manutenção da cidade, através de serviços de emergência com resposta ágeis, rápidas e eficazes. Assim como inclui projetos de recuperação, ampliação e embelezamento de espaços públicos e equipamentos de lazer.

Mais do que nunca, sabemos que não há como enfrentar com a homogeneidade tradicional dos meios constituintes das rotinas da Prefeitura a totalidade dos problemas do Município.

As frentes estratégicas acima definidas, por opção ou por imposições circunstanciais, orientam objetivos de governo que estão no limite das suas possibilidades. Aceitar essas diretrizes estratégicas não significa esgotar com elas a ação de governo. Significa, isto sim, que as principais ações de governo serão nessas áreas e que, de um modo geral, todas as ações de governo serão permeadas pelos valores associados a essas frentes estratégicas.

(f#)

III. A ESTRATEGIA OPERACIONAL

Essas três frentes articulariam o esforço prioritário de todas as Secretarias e órgãos da administração indireta. Esses conceitos - e, aliás, isso já foi consagrado como diretriz para a Administração Popular mesmo antes da posse - não seriam monopólio de uma Secretaria ou órgão, mas seriam o resultado da convergência de esforços de todos os órgãos.

Cada um desses eixos se desdobraria em áreas de "concentração" de projetos que envolveriam um esforço específico de determinados órgãos no sentido da integração com o projeto global.

Não é demais insistir que quando referimos esses eixos, não estão sendo referidas apenas as Secretarias que levam seus nomes, mas todas as unidades que podem integrar-se na realização de um conceito globalizante. Todas as Secretarias e órgão da administração indireta seriam convocados para integrar os esforços de reafirmação desses conceitos operacionais.

Essa abordagem, por um lado, implicaria na busca de formas de articulação das Secretarias e órgãos em busca de objetivos conjuntos. E, portanto, racionalizaria e politizaria a gestão da máquina administrativa. Por outro lado, a definição desses eixos constituiria critério para a destinação dos investimentos e concentração de esforços da Administração Popular.

Os eixos de atuação, unificados pelo sentido comum dos conceitos escolhidos, seriam a referência para a definição de todos e de cada um dos projetos da Administração Popular e para a reestruturação da máquina administrativa.

Finalmente, é importante destacar que a definição desses eixos de atuação permitiria a formulação de uma política global para a Administração Popular, acabando com a atuação dispersiva e despolitizada das diversas secretarias e órgãos. Hoje, apesar do esforço já desenvolvido essas unidades não têm uma política comum e atuam em projetos parciais e desconectados. Isso, entre outros aspectos, implica no risco permanente de estarem sendo abertos confrontos localizados com setores empresariais, da pequena burguesia - e de outros setores sociais com interesses particulares - capazes de minar a sustentação do governo da Administração Popular. Só uma política global para a Administração Popular pode viabilizar a concepção de bases sólidas para sua sustentação.

A partir dessas "frentes estratégicas" é necessário definir uma "estratégia operacional", ou seja, uma política de mobilização de meios, um modo de dispor desses meios, de articulá-los e de estabelecer prioridades e hierarquias.

A estratégia operacional define, no fundamental, a tática que preside a seleção e os principais objetivos dos projetos, práticas e obras específicas que materializem os conceitos estratégicos e suas melhores possibilidades operacionais. Esses projetos devem traduzir com a maior clareza possível os conceitos estratégicos. A estratégia operacional deve potencializar a eficácia dos projetos, apontando os meios que - em determinada conjuntura ou circunstâncias - criem a possibilidade das indivíduos, por convicção própria, assimilarem o conceito

estratégico. As práticas e obras da Administração Popular devem, sempre, "falar em voz alta" sobre o "conceito estratégico".

As realizações da Administração Popular, principalmente as que envolvem as frentes, devem alterar a forma com que os indivíduos se relacionam com a cidade, devem mudar o modo como os indivíduos percebem e vivem a cidade.

A Administração Popular deve exercer suas práticas e produzir suas obras como marcas que assinalam efetivamente o conceito estratégico e que realizem seus objetivos centrais.

\$\$\$

1. A ESTRATÉGIA OPERACIONAL E AS OPÇÕES DO SUJEITO POLÍTICO

A estratégia operacional aqui apresentada orientará as funções de planejamento, execução e avaliação/fiscalização, afirmando o primado da vontade do sujeito político e estabelecendo uma nova relação da Prefeitura com a população, possibilitando que determinadas funções do planejamento interajam permanentemente com a comunidade e expondo a execução a uma efetiva fiscalização e avaliação.

\$\$\$

2. ESPECIFICAÇÕES DA ESTRATÉGIA OPERACIONAL: A ABORDAGEM INDIRETA

A Estratégia Operacional aqui proposta estabelece uma nova modalidade de atuação da Prefeitura, traduzida nas noções de Prefeitura Móvel, Comando de Operações, Frente de Trabalho e Regionalização.

As Prefeituras Móveis serão ônibus transformados em escritórios que atuarão em cada uma das quatro (Norte, Sul, Leste, Oeste) regiões em que a cidade será dividida.

Serão, portanto, quatro Prefeituras Móveis, cada uma contando com uma equipe multidisciplinar, reunindo pelo menos engenheiro, arquiteto, agrônomo, sanitarista e advogado. Cada uma dessas unidades também contará com uma equipe de 20 operários generalistas. Mas além da capacidade técnica, será fundamental a capacidade política dessa equipe para se relacionar com as massas e orientar suas funções administrativas. O comando da equipe é político, ainda que dotado de capacidade técnica.

As Prefeituras Móveis se responsabilizarão, globalmente, pelo atendimento de uma região. Atuarão como interlocutoras, junto ao movimento popular, das responsabilidades da Prefeitura junto a cada Região.

Nas Regiões, o principal foco de atenção das Prefeituras Móveis seriam Frentes de Trabalho que totalizam - integrando todos os órgãos - a ação da Prefeitura nessa espaço geográfico.

As Prefeituras Móveis atuam da seguinte forma: chamam a comunidade atingida por uma Frente de Trabalho - com base no diagnóstico e conhecimento das demandas acumuladas - expõe as obras e realizações previstas, naquela região, interage esses planos com as avaliações da comunidade, complementa as obras previstas lançando mão dos recursos materiais e humanos que

dispõe e, finalmente, executa as obras com a fiscalização direta da população.

As Prefeituras Móveis atuam supervisionando, política e tecnicamente, a ação dos diversos órgãos da Prefeitura nas Frentes de Trabalho e toma iniciativas próprias.

O trabalho das quatro Prefeituras Móveis será dirigido por um Comando de Operações integrado, também, por uma equipe técnica e com alta capacitação política. Esse Comando disporá de recursos humanos - 100 operários e técnicos - que servirão de reserva técnica para o fortalecimento de intervenções nas várias Regiões. Contará, também, com insumos, materiais e equipamentos para alocar em tarefas nas regiões. Além disso, possuirá dotação financeira especial e equipe de compras para agilizar a aquisição de suprimentos necessários às intervenções.

Deverá ser cogitada a possibilidade do Comando de Operações controlar uma empresa, enxuta e eficiente, destinada a fazer contratações e aquisições de recursos materiais.

Os operários e técnicos vinculados às Prefeituras Móveis, terão preferencialmente formação técnica universal, deverão ter uniforme especial e deverão receber treinamento destinado a prepará-los para o novo tipo de relação que a Prefeitura pretende ter com a população e com a produtividade que se buscará com a atuação dessas equipes.

O pessoal das Prefeituras Móveis será considerado principal recurso ofensivo para execução de funções em projetos de caráter estratégico "excedente" ou seja, não previsto na programação inicial das Secretarias.

No Anexo I estão detalhadas as principais definições propostas para o Projeto Prefeituras Móveis que é, na verdade, o principal instrumento constitutivo da estratégia operacional indireta.

IV. A PRODUÇÃO DA IMAGEM INSTITUCIONAL

As frentes estratégicas aqui definidas não podem ser simplesmente confundidas com meras imagens institucionais. A definição dessas frentes não pode ser um mero esforço para a formulação de um plano publicitário. Tratam-se de definições básicas que articulam finalidades ideológicas, políticas e administrativas.

No entanto, as frentes estratégicas definidas mostram-se adequadas para afirmar as grandes imagens institucionais que estão sendo trabalhadas desde a campanha eleitoral:

- Coragem de Mudar,
- Compromisso com a População,
- Seriedade,
- Competência.

Essas imagens institucionais devem aparecer, de forma visível, em todas as realizações da Administração Popular. Porém, percebe-se que pode ser deduzida das "frentes estratégicas", uma maior identidade com determinados valores. Podemos, assim, fazer a seguinte correspondência entre os eixos e uma potencialidade destacada de traduzir determinado valor:

- Coragem de Mudar: Transporte,
- Compromisso com a População: Prioridade para os Bairros Populares (Programa Cidadão);
- Seriedade: Educação,
- Competência: Programa Porto Alegre 1992.

PRINCIPAIS DEFINIÇÕES SOBRE AS PREFEITURAS MÓVEIS

ANEXO I

I. PREFEITURA MÓVEL

1. CONCEITO

É um escritório, instalado num ônibus, integrado por uma equipe que concentra a condução política e supervisão técnica das atividades da Prefeitura nas Frentes de Trabalho de uma determinada região.

2. OBJETIVOS

a) Planejar as ações da Prefeitura através das Frentes de Trabalho de acordo com a orientação do Comando de Operações.

b) Coordenar e supervisionar a ação dos diversos órgãos da Prefeitura numa determinada Frente de Trabalho.

c) Tomar iniciativa para, com meios próprios, complementar a ação dos diversos órgãos da Prefeitura, numa determinada Frente de Trabalho.

d) Estabelecer uma relação política com a comunidade que será atingida pelas atividades das Frentes de Trabalho, inclusive realimentando os planos e projetos em andamento, a partir deste relacionamento e potencializando a participação e a organização popular na perspectiva da construção dos Conselhos Populares, regionais e autônomos.

e) Constituir um canal de contato administrativo da Prefeitura com a população de cada região, materializando e personificando a Prefeitura junto à população das regiões.

3. OPERACIONALIZAÇÃO

a) Cada região contará com uma Prefeitura Móvel.

b) Cada Prefeitura Móvel contará com uma equipe que exercerá a direção política e técnica das atividades nas Frentes de Trabalho abertas em cada região, com a inclusão ou assessoria direta de, no mínimo, um arquiteto, um engenheiro, um sanitarista e um advogado.

c) Cada Prefeitura Móvel contará com alocação de um contingente de técnicos, operários, equipamentos e recursos materiais mínimos necessários ao seu trabalho.

d) Cada Prefeitura Móvel será instalada num ônibus dotado de infraestrutura de escritório, equipado com rádio PX e contará, no mínimo, com um veículo pequeno, como auxiliar, além de outros veículos necessários ao transporte da equipe.

e) Partindo do Plano Básico realizado pelo Comando de Operações, a equipe da Prefeitura Móvel realizará uma revisão dos planos antes de iniciar as atividades numa determinada Frente de Trabalho.

f) A Prefeitura Móvel poderá propor ao Comando de Operações a abertura de Frentes de Trabalho, a partir do contato com a realidade regional.

f) O trabalho da Prefeitura Móvel nas Frentes inicia com uma reunião com a comunidade atingida, para a apresentação e revisão dos planos e eventual suplementação de realizações não previstas nesses planos.

g) Ao longo das atividades da Frente, a direção da Prefeitura Móvel manterá estreito contato com a comunidade, contando com a sua participação.

h) Através do seu trabalho nas regiões, cada Prefeitura Móvel checará e atualizará os dados do senso sobre a situação das condições de vida e habitação da população.

II. COMANDO DE OPERAÇÕES

1. CONCEITO

É um grupo de trabalho permanente, diretamente ligado ao Gabinete do Prefeito, que realiza o gerenciamento, acompanhamento e orientação da Prefeitura nas diversas regiões da cidade.

2. OBJETIVOS

a) Integrar numa só equipe o controle sobre a planificação, acompanhamento e orientação da atuação da Prefeitura, nas regiões, através de Frentes de Trabalho.

b) Aproximar o comando político da direção técnica nas ações da Prefeitura sobre as regiões.

c) Agilizar o suprimento de meios e condições especiais de atuação para a realização do gerenciamento, acompanhamento e orientação da atuação da Prefeitura.

3. OPERACIONALIZAÇÃO

a) O Comando de Operações será integrado por uma equipe, capacitada política e tecnicamente para a realização de suas funções, contando com toda a assessoria que for necessária.

b) O Comando de Operações terá alocada uma base de operários e técnicos que será mobilizada para atividades especiais nas Frentes de Trabalho, hierarquizadas politicamente.

c) O Comando de Operações terá alocados equipamentos, insumos e outros recursos materiais para distribuição nas atividades regulares ou especiais previstas para as Frentes de Trabalho, assim como serão alocadas verbas e assessoria especial destinada a agilizar tais objetivos.

d) O Comando de Operações conduzirá a realização de um completo senso informatizado sobre as condições de vida e habitação da população.

III. FRENTE DE TRABALHO

1. CONCEITO

Espaço geograficamente delimitado que concentra ações integradas de vários órgãos que totalizam a ação da Prefeitura.

2. OBJETIVOS

a) Localizar de forma precisa as intervenções da Prefeitura sobre cada uma das regiões da cidade.

b) Proporcionar uma visão integrada e totalizante dos "fins", permitindo, inclusive, sua ampliação através do planejamento estratégico sobre os meios disponíveis.

c) Potencializar a ação da Prefeitura, incluindo todas as ações ordinárias e permitindo outras realizações adicionais.

d) Permitir que a população perceba uma atuação delimitada porém totalizante da Prefeitura.

3. OPERACIONALIZAÇÃO

a) As Frentes de Trabalho serão abertas de acordo com as possibilidades de intervenção e hierarquizadas de acordo com as necessidades da população verificadas nas regiões.

b) As atividades das Frentes de Trabalho - integrando ações rotineiras e outras especialmente concebidas - se desenvolverão sem prejuízo das ações ordinárias de conservação e manutenção da infraestrutura e dos serviços, no conjunto da cidade.

IV. REGIONALIZAÇÃO DA CIDADE

1. CONCEITO

Divisão da cidade em regiões que tenham identidade geográfica ou de natureza de problemas, de modo a organizar as ações da Prefeitura sobre o conjunto da cidade.

2. OBJETIVOS

a) Orientar uma distribuição racional e equilibrada das ações da Prefeitura sobre a cidade.

b) Fazer valer, de forma criteriosa, uma visão totalizante sobre os problemas da cidade, das necessidades da população e das possibilidades de ação da Prefeitura.

3. OPERACIONALIZAÇÃO

A cidade será dividida em 4 regiões - Norte, Sul, Leste e Oeste - delimitadas de acordo com a proposta da SMOV, considerando-se incluídas as microrregiões existentes.